

# O tamanho do buraco fiscal de 2023

A conta chega em R\$ 430 bilhões em estimativa publicada pela FGV

**Nelson Barbosa**

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Na próxima semana, teremos dois dados importantes.

De um lado, saberemos o crescimento da economia no segundo trimestre, o que o Ibré FGV estima ter sido 1,1% contra o período anterior, com ajuste sazonal.

Do outro lado, o governo enviará seu projeto de lei orçamentária anual (PLOA) de 2023 ao Congresso, provavelmente com várias promessas de gasto ou desoneração sem previsão na legislação vigente. Hoje abordarei o tamanho do buraco fiscal de 2023.

Nesta semana meus colegas

da FGV, Manoel Pires e Bráulio Borges, publicaram uma estimativa de quanto o governo pode ter que gastar a mais e receber a menos em 2023, em relação às previsões oficiais mais recentes. A conta chegou em R\$ 430 bilhões, dividida em quatro partes.

No gasto primário, seria necessário mais R\$ 120 bilhões para três coisas: manter o orçamento de Auxílio Brasil no valor equivalente ao benefício de R\$ 600/mês (R\$ 60 bilhões), conceder reajustes aos servidores (R\$ 20 bilhões) e recuperar o gasto com investimento, sa-

úde, educação, e outras coisas (R\$ 40 bilhões).

Do lado da receita, haveria "perda" de R\$ 86 bilhões com: manutenção da desoneração do IPI (R\$ 14 bilhões), reajuste da tabela de IRPF (R\$ 10 bilhões) e normalização da arrecadação vinculada ao petróleo (R\$ 62 bilhões).

Faço uma pausa para dizer que, se também houver continuação da desoneração de PIS/Cofins sobre combustíveis (R\$ 53 bilhões), o que é muito provável, a perda potencial de arrecadação em relação às últimas previsões do governo so-

be para R\$ 139 bilhões em 2023.

O terceiro risco fiscal, de até R\$ 144 bilhões, vem da possível determinação, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), de que o governo pare de atrasar precatórios (R\$ 57 bilhões) e compense os Estados pela redução de ICMS sobre combustíveis e outros itens (R\$ 87 bilhões). Mas normalmente o STF modula sua decisão em vários anos.

Por fim, Manoel e Bráulio também adicionaram R\$ 77 bilhões ao buraco fiscal de 2023, devido ao aumento do juro real pago pelo Tesouro (R\$ 52 bilhões) e interrupção do pagamento das

dívidas de alguns estados com a União (R\$ 25 bilhões).

Juntando os quatro componentes, a piora do resultado financeiro do governo federal em relação ao último cenário oficial chegaria a R\$ 427 bilhões. Se adicionarmos a manutenção do PIS-Cofins zero sobre combustível, o valor vai para R\$ 480 bilhões, 4,8% do PIB previsto em 2023.

Como todo cenário, a estimativa feita por Manoel e Bráulio pode ou não acontecer. Os eventos dos últimos anos mostraram quão volátil é o orçamento da União, sobretudo em um governo de direita durante eleições.

Apesar da incerteza, a campanha eleitoral já está indicando algumas coisas. Considerando a eleição de um governo progressista, minha conta (que não representa a avaliação de qualquer campanha) é que seria preciso aumentar o gasto em pelo menos R\$ 220

bilhões acima do previsto pelo atual teto de despesa.

Para quê? Para evitar parada súbita das transferências de renda aos mais pobres (R\$ 60 bilhões), reajustar salários de servidores e retomar concursos (R\$ 20 bilhões), recuperar investimento e gasto social (R\$ 40 bilhões) e começar a resolver o imbróglio deixado por Bolsonaro no ICMS e nos precatórios federais (R\$ 100 bilhões).

Além do espaço para mais gasto primário, também será preciso reduzir a previsão de receita primária em pelo menos R\$ 140 bilhões para evitar um "tarifaço" na virada do ano, corrigir a tabela do IRPF e adaptar o cenário fiscal a uma renda menor do petróleo.

Somando as duas coisas, teremos um déficit primário adicional de R\$ 360 bilhões em relação às projeções oficiais, valor próximo do "cheque especial" de 3,2% do PIB que Temer pediu e conseguiu em 2016.